

# PARLAMENTO EUROPEU APROVA ACORDO ILEGAL

No passado dia 12 de Fevereiro o Parlamento Europeu (PE) aprovou um novo acordo no domínio das pescas com Marrocos. E fê-lo com uma folgada maioria: 415 votos a favor – entre os quais a maioria dos eurodeputados portugueses - 189 contra – entre os quais se incluem os eurodeputados do BE e do PCP e Ana Gomes do PS – e 49 abstenções.

Quando nos aproximamos de novas eleições para o PE (marcadas em Portugal para o dia 26 de Maio) é importante reflectirmos nesta aprovação. Nas cumplicidades que forças políticas representadas no PE estabelecem com o regime marroquino que as levam a empenhar-se em fazer aprovar esta proposta de acordo, recorrendo às artimanhas julgadas necessárias para o fazer aprovar.

Tanto mais que as e os eurodeputados/as foram bastamente alertados para a situação com que estavam confrontados, como aqui temos vindo a fazer eco. Desde organizações da sociedade civil saharauí, nos territórios ocupados, libertados e na diáspora, até organizações de defesa dos direitos humanos – casos da *Freedom House*, do *International Crises Group* e do *Human Rights Watch* – muitos alertaram o PE para o caminho ilegal que estava a seguir. Esta última organização solicitou mesmo que o parlamento submetesse, antes da votação, a proposta de acordo à apreciação do TJUE. O que, aliás, tinha sido também proposto por um conjunto de 110 eurodeputadas/os numa sessão antes da votação, o que foi rejeitado por 410 votos contra 189, com 36 abstenções.

A Frente POLISARIO tem sido o grande motor deste combate pelo respeito do Direito Internacional. Vários dos seus responsáveis na Europa denunciaram este procedimento. O ministro saharauí para a Europa, Mohamed Sidati, afirmou que era «inadmissível incluir as zonas de pesca que pertencem ao Sahara Ocidental no âmbito de qualquer acordo entre a UE e o Governo marroquino». Tal «constituiria um passo para a degradação das posições de defesa dos Direitos Humanos e de Justiça, expressas em mais de uma ocasião, pela chefe dos Negócios Estrangeiros da União Europeia, Federica Mogherini».

No dia a seguir à votação, a delegada da Frente POLISARIO em Espanha, Jira Bulahi Bad, considerou que «os eurodeputados e eurodeputadas que votaram a favor do acordo são responsáveis pela pilhagem contínua dos recursos naturais do Sahara Ocidental e tornam-se colaboradores da opressão e perseguição que o regime marroquino exerce sobre o povo saharauí (...)». Jira Bulahi reafirmou que «a Frente POLISARIO continuará a lutar com todos os meios ao seu dispor contra a nova agressão de que é alvo o povo saharauí com o novo acordo de pesca, sabendo que lhe assiste a legalidade internacional,



Fig. 1: Ignorar o TJUE!

---

que infelizmente não foi respeitada por todos aqueles deputados do PE que votaram a favor de que Marrocos continue a oprimir o povo saharauí».

Logo após ser conhecido o resultado da votação o gabinete de imprensa do PCP em Estrasburgo divulgou um comunicado onde afirma que «este Acordo revela a verdadeira face da União Europeia e dos interesses que serve: das grandes empresas pesqueiras, que irão continuar a lucrar com recursos que pertencem ao Sahara Ocidental. Ao mesmo tempo que legitima o colonialismo marroquino, financia crimes de guerra e viola diversas resoluções das Nações Unidas e o Direito Internacional». E a concluir: «O PCP exige que a União Europeia respeite a decisão do povo Saharauí e da Frente POLISARIO, que já rejeitaram este acordo. (...). O PCP continuará a denunciar a ilegalidade deste Acordo, entendendo que esta questão não é separável do processo de autodeterminação e reconhecimento do Sahara Ocidental como pátria independente e soberana (...)».